

Formação psicanalítica com fim e sem fim. Transmissão, formação e falta.

Bernard Chervet¹

RESUMO A transmissão da psicanálise combina um trabalho do psiquismo referente a um ideal de funcionamento e a uma aculturação que inclui a formação psicanalítica propriamente dita e uma abertura à cultura. Toda formação é um lugar de transferência de autoridade, mas também de tendências negativas que têm consequências sobre nossa capacidade de nos tornarmos e continuarmos analistas, bem como sobre os funcionamentos institucionais. As cisões das sociedades de psicanálise são frequentemente associadas à formação de psicanalistas, qualquer que seja o modelo de formação. Uma ética psicanalítica fundada sobre um masoquismo de abstinência, que se opõe às tendências redutoras e extintivas é, assim, transmitida. Não há analista que possa se tornar e permanecer analista sozinho; mas não há analista que o seja somente por meio da instituição. As oscilações entre o Super-eu individual e o Super-eu cultural, entre as regressões das sessões e aquelas próprias a outras cenas da vida fora da sessão fundam a possibilidade de tornar-se e manter-se analista.

PALAVRAS-CHAVE: análise pessoal; identificação; regressividade extintiva; imperativo de inscrição; *après-coup*.

Considerações iniciais

Por que as cisões das sociedades de psicanálise são tão frequentemente associadas à questão da formação psicanalítica, qualquer que seja o modelo de formação utilizado (quer seja dominado por uma liberdade que apelaria às exigên-

1. Psicanalista, membro titular formador e ex-presidente da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), Secretário Científico do Congresso de Psicanalistas de Língua Francesa (CPLF), membro do Conselho da Associação Psicanalítica Internacional (IPA).

cias de cada um, ou por um programa portador de uma exigência coletiva de ensino)? A formação de psicanalistas é um lugar de transferência ocupado por forças intensas de grandes consequências sobre as instituições psicanalíticas. A transmissão da psicanálise combina, por um lado, uma realização do psiquismo e, por outro, uma infinita aculturação, que inclui a formação propriamente dita.

Implicam-se a análise pessoal, as reminiscências históricas dos aprendizados da infância, a sensibilidade individual ao inconsciente, a capacidade de produzir formações do inconsciente e de interpretá-las, a identificação ao funcionamento analítico de outros analistas suportes da transferência de autoridade, as confrontações interanalíticas, o ensino do funcionamento psíquico e de suas modalidades de trabalho, a frequência repetitiva da realidade clínica, a abertura a outras disciplinas, a experiência masoquista da gravidade da vida encarnada na maturidade, a vida pessoal, assim como a vida íntima e erógena.

Esta lista faz-nos recordar da existência de certas tendências inconscientes a reduzir nossas capacidades psíquicas e nossa identidade de analista. Elas devem ser levadas em consideração na formação, a fim de que delas se faça um objeto de conhecimento, e a fim de fazê-las responder à exigência psíquica de serem utilizadas em proveito da atividade mental. Transmite-se, assim, pela formação, uma ética psicanalítica fundada sobre o masoquismo de funcionamento. Não há analista que possa se tornar e permanecer analista sozinho; mas não há analista que o seja somente por meio da instituição. As oscilações entre o Super-eu individual e o Super-eu cultural, entre as regressões nas sessões e aquelas próprias a outras cenas fora da sessão fundam a possibilidade de tornar-se e voltar a tornar-se analista de modo intermitente.

Este texto propõe algumas reflexões sobre a formação psicanalítica e a transmissão da psicanálise. Aborda a questão da formação psicanalítica com e sem fim, evocando a este título o texto de Sigmund Freud de 1937, *Análise terminável e interminável* (1937/2010a).

Classicamente, a formação psicanalítica repousa sobre um tripé formado pela análise pessoal, a supervisão e o ensino das concepções psicanalíticas. A transmissão inclui um quarto eixo: uma ética, que encontra sua razão de ser no fato de que a psique é o lugar de atrações regressivas que tendem à extinção, às quais deve corresponder um imperativo de inscrição; ética que articula nossa profissão às outras cenas da vida, como à do sono-despertar e à da vida erógena.

O primeiro eixo da formação, a análise pessoal, é uma condição indispensável, mas não suficiente. Ela tem como objetivo o acesso a um funcionamento psíquico ideal, referente à resolução do complexo de Édipo. Esse funcionamen-

to pode ser considerado conquistado quando alcança uma configuração dinâmica e oscilatória entre uma atividade regrediente e uma outra, progrediente, entre um funcionamento diurno e outro noturno, e, no seio do funcionamento diurno, entre o trabalho e o erótico. Tal configuração realiza-se em dois tempos, segundo o processo do *après-coup*. Este último cria uma aparente continuidade, graças a uma ligação de sobredeterminação entre o latente e o manifesto, ali onde existe uma descontinuidade intrapsíquica entre as pulsões e as inscrições.

O segundo e o terceiro eixos dizem respeito à formação psicanalítica propriamente dita. Envolvem a questão da transferência de autoridade e de identificação, mas também questões referentes à prática analítica, à frequência da clínica, aos modelos de formação, à supervisão, ao ensino dos funcionamentos psíquicos, à aquisição do *savoir-faire* e do saber, e, também, à abertura a uma cultura geral infinita.

Enfim, o último aspecto da formação concerne à transmissão e à ética. Ele é dissimulado pelos dois precedentes, por sua vez dominados pelo desenvolvimento da identidade de analista e pelo aumento do aprendizado da análise e da cultura de cada analista em formação. Esse tempo promissor dissimula, como durante nossa juventude, um fator restritivo implicado na transmissão e que se manifesta por um questionamento sobre o que se torna resistência: como se pode continuar analista ao longo da vida, depois de se ter completado a formação? Essa delicada questão se atualiza no grande número de eventos que os psicanalistas organizam e dos quais participam, quantitativo que nos dá a pensar. Trata-se de retomar a transferência de autoridade por meio de um compartilhamento interanalítico, isto é, de levar em consideração a existência de tendências redutoras ativas no seio de nossa identidade de analistas, mas também de negá-las, e as suas consequências – como as restrições progressivas, as cronificações institucionais, as crises e cisões, as idealizações e as propensões à designação de personagens carismáticos.

Não somos analistas 24h por dia, e nossa função se beneficia de articular-se a outras experiências de vida, particularmente à experiência masoquista da gravidade da vida, encarnada na maturidade, mas também à experiência da vida pessoal e, claro, da vida íntima e erógena.

A formação psicanalítica encontra suas origens nas experiências traumáticas oriundas de tais tendências redutoras. Ela combina dois níveis. Primeiro, a instalação de um funcionamento psíquico ideal que possa ser qualificado como alcançado, o que não exclui sua vulnerabilidade, e que requer uma identificação com os processos psíquicos de um outro, graças ao qual as vivências traumá-

ticas poderão ser transformadas em experiências de falta. Este primeiro plano é enriquecido por uma aculturação sem fim, alcançada por meio de identificações às capacidades e aos conhecimentos de outras pessoas – saber e *savoir-faire* que são infinitos.

A psicanálise pessoal e o funcionamento psíquico ideal

As crises e as cisões das sociedades de psicanálise são frequentemente associadas à questão da formação psicanalítica, qualquer que seja o modelo de formação utilizado, quer seja dominado por uma liberdade que apele às exigências próprias de cada um, ou por um programa de ensino que institua essa exigência.

A formação de psicanalistas é um espaço de transferência ocupado por forças intensas de grandes consequências. Felizmente, os atos de destruição não são o único efeito de transferência a animar a formação; um outro, mais feliz, é a reflexão sobre a formação em si mesma. Segue-se daí um apelo a um compartilhamento coletivo, mas, sobretudo, a uma retomada da mentalização individual.

Tal dimensão transferencial é repleta de reminiscências e lembranças relativas à vida escolar infantil de cada um. Há uma analogia entre o passado e o atual. Toda analogia, como aquelas envolvidas no sonho, repousa sobre conteúdos inconscientes, e o fio condutor inconsciente é o terceiro tema a fundar a analogia. A interpretação desse terceiro elemento introduz uma quarta dimensão, a da terceiridade. A elaboração que leva à interpretação funciona como terceiro. Na formação, é o jogo entre a transferência de autoridade e a sedução do apelo identificatório que está no centro dessas analogias. Essa transferência refere-se à diferença de gerações, isto é, às diferenças entre aqueles que ensinam e os que aprendem, e que se reduz àquela entre os que são abastados e os que são desprovidos.

A transmissão combina, assim, uma dupla diferença, tal como a diferença dos sexos. No caso desta última, trata-se da diferença entre dois tangíveis, o masculino e o feminino, e entre o tangível e a falta. Toda diferença introduz uma relação com a falta, que implica um efeito traumático; daí a teoria sexual infantil, que procura responder a esse efeito, por exemplo, afirmando que há na menina uma falta, e que essa falta foi produzida por um ato de castração; o que é evidentemente falso, já que a menina é completa enquanto menina, mas que é igualmente verdadeiro, pela perspectiva de que ela de fato não possui um pênis. A teoria antitraumática propõe, assim, toda uma sorte de causalidades na origem do terceiro fantasma originário etiológico: ela foi castrada pelo pai,

ela perdeu o pênis, ele é invisível, crescerá mais tarde etc. As analogias com a formação são facilitadas na medida em que esse tema reenvia, ele mesmo, ao segundo tempo da sexualidade humana, a puberdade.

Em toda formação, há então um mestre que deve saber e desejar transmitir o que sabe a um outro, e um aluno que deve desejar aprender. Trata-se do encontro de duas entidades tangíveis, o mestre e o aluno, e de dois desejos. Mas esta diferença positiva é acompanhada do efeito traumático produzido pela outra diferença, entre o abastado e o desprovido, entre o pequeno e o grande. Instalam-se todo tipo de teoria e de paixões entre o mestre e o aluno, baseadas nas experiências de falta. Esta parábola fez escorrer muita tinta, dada a intensidade introduzida pelo efeito traumático transformado em um efeito de sedução entre o grande e o pequeno. Tal sedução pode ter efeitos desorganizadores ou, ao contrário, estimuladores de um acontecimento, quando convoca a vontade de apropriação na origem de uma identificação com o saber do mestre.

A dinâmica da formação e da transmissão é, assim, instalada sobre um fundo traumático inerente a todas as diferenças, que emanam tanto das percepções sensoriais do mundo externo, como das endopercepções originadas no interior de nosso psiquismo. Tal como nas fobias, elas se transpõem sobre o mundo externo, a fim de que se transformem em medos mais fáceis de serem geridos. As duas faces entrelaçam-se.

As crises institucionais que envolvem a formação dos psicanalistas são, portanto, movidas por esse efeito traumático inerente às diferenças transpostas-transferidas sobre a situação de formação, e mascaram as dinâmicas fóbicas, e, portanto, edipianas, das quais ela é objeto. Ser analisado não é suficiente para impedir tais dinâmicas e suas consequências – não porque a análise individual não seria suficiente, mas por conta das regressões à psicologia coletiva e de massa própria aos grupos. A análise individual não é uma vacina contra esses efeitos. Ela permite o acesso a um funcionamento singular mais elaborado, mas não a um funcionamento que escape à regressão implicada no contato com a realidade dos grupos. A idealização transferencial faz parte dessa tendência a regredir para alguma psicologia de grupo.

Estas observações fazem-nos recordar de uma pequena frase de Freud, em que afirma que educar e governar, assim como psicanalisar, são ofícios impossíveis. Os desafios edipianos da eliminação das restrições, o assassinato do pai, são facilmente transpostos para o mestre, assim como são atualizadas as ligações edipianas secretas, mantidas com aquele que deve ser capaz de fornecer o conhecimento e cultivar seu aluno. Reconhece-se aqui a clínica

dos fracassos escolares, mas também a dos bebês sábios, na qual o sucesso escolar não constitui uma aquisição, mas se apoia sobre uma idealização e uma comunidade de negação.

A questão do “terminável e interminável” abre-se em três temas: o terminado, o não terminado e o interminável. Foi abordada por Freud a respeito do tratamento psicanalítico. Resulta de seu reconhecimento da resistência de reconhecer as resistências implicadas no seio de toda vida psíquica; resistências que levam todo analista e todo paciente a confrontar-se com a dificuldade de levar um tratamento a seu termo. Freud denominou essa resistência de “recusa do feminino” e a qualificou como o rochedo biológico. É assim que certos aspectos do psiquismo estariam radicalmente inacessíveis à psicanálise. A sensibilidade ao inconsciente prova ser o desafio desta recusa, desta impossibilidade de abandonar uma resistência em proveito de uma dinâmica sensível que aceite as experiências de falta. Tal negação das diferenças serve para reprimir o trabalho psíquico na origem das experiências de falta. Apresentam-se então inibições de certos processos psíquicos, donde a incapacidade de se chegar a uma solução consolidada do complexo de Édipo.

Esta questão da resolução é essencial, pois envolve o futuro Super-eu, assim como os imperativos que o instalam. O Super-eu é o garantidor de diversas modalidades de trabalho que o psiquismo deve realizar. Se ele é herdeiro do complexo de Édipo, seu advento depende de imperativos que o precedem. Suas formas incoativas são orientadas pelo objetivo que devem alcançar, isto é, a referida resolução. A partir de então, esses imperativos e as futuras funções do Super-eu tornam-se os objetos de atenção na sessão. A solução que Freud propõe no artigo que se segue imediatamente ao *Análise terminável e interminável, Construções em análise* (Freud, 1937/2010b), dá-nos a pensar: o que falta a um paciente, o analista deve construir. A convicção deve, assim, preencher a função atribuída habitualmente à memória. Essa resposta deixa em suspenso a capacidade de um paciente apropriar-se da construção do analista e de conceder-lhe convicção. Um analista não pode criar os processos de um paciente.

É possível vislumbrar uma analogia, a respeito dessa questão do terminável e do interminável, entre o tratamento e a situação de formação? A avaliação do funcionamento psíquico ocorre no momento de seleção dos candidatos. Teoricamente, trata-se de avaliar o funcionamento psíquico do candidato e compará-lo a um funcionamento mental ideal, que serve como referência para um grupo de formadores reunidos em um instituto de formação. Há, no entanto, entre eles vários referenciais que entram em conflito. Os conflitos intrainsti-

tucionais envolvem distintas concepções do funcionamento psíquico ideal. O efeito traumático dessas diferenças encontra sua fonte na diferença de seus próprios funcionamentos psíquicos.

Em certos modelos, a avaliação é feita quando a análise pessoal já está muito avançada; em outros, trata-se de avaliar o potencial de uma personalidade para tornar-se capaz de alcançar um funcionamento ideal através da análise. Em ambos os casos, uma aposta!

Existe um funcionamento mental que possa ser considerado como tendo atingido um grau ideal de desenvolvimento e que possa ser considerado como acabado? Trata-se do funcionamento alcançado pelo luto dos objetos edipianos, um luto que se realiza na presença dos seus objetos. A renúncia à satisfação de tais investimentos sexuais com os objetos-suporte de identificação é essencial. Mas o psiquismo resiste e recorre a todo tipo de estratégias para evitar essa renúncia – o psiquismo está sempre pronto para inventar escapatórias. Esse luto é muito específico, uma vez que se realiza na presença dos objetos; na verdade, graças à intermitência de suas presenças-ausências. Tal especificidade deve ser levada em consideração na reflexão sobre os limites dos tratamentos à distância. O luto em presença permite que, ao longo da vida, realizem-se lutos pela perda definitiva dos objetos.

Essa renúncia instala o Super-eu e funda a estrutura do psiquismo, que se completa na adolescência. Dessexualiza uma parte das pulsões e a transforma em libido narcísica, enquanto a outra parte se torna o desejo objetual, direcionado aos objetos do mundo. Essa realização estabelece um processo em dois tempos: o *après-coup* e o funcionamento oscilatório, regrediente-progrediente, que o caracteriza. Trata-se de um processo vulnerável; tem o valor de uma conclusão sob a forma de uma dinâmica incessante.

A objetividade é a capacidade de investir os objetos externos e de poder regressar, sem se desorganizar, ao narcisismo noturno e ao prazer erótico. Uma conclusão do psiquismo instala, assim, uma dinâmica infinita do pensamento, que não cessa de seguir uma tal oscilação.

Todo futuro analista deve se aproximar desse funcionamento ideal por meio de uma análise pessoal. Esse dever é uma das condições essenciais para tornar-se psicanalista, qualquer que seja o modelo de formação utilizado; a outra, é seguir uma formação em um dos institutos geridos por uma organização psicanalítica, conforme padrões precisos e rigorosos, e que ofereçam, ao mesmo tempo, certo grau de flexibilidade. Daí o interesse pela existência de diversos modelos de formação, todos eles ligados aos parâmetros discutidos pela IPA e

pelas sociedades que a compõem, e definidos em códigos de procedimento e regras estatutárias evolutivas.

A obrigação de fazer uma análise pessoal (por vezes chamada análise didática ou de formação) é tão importante que foi denominada como segunda regra fundamental da psicanálise. A primeira, que orienta a tudo dizer em sessão, é de fato a única verdadeira regra analítica. As outras decorrem dela. Outra instrução é, por vezes, denominada terceira regra: aquela segundo a qual cabe ao analista não utilizar a transferência para seus próprios fins, não sucumbir à tentação “de exercer face ao doente o papel de um profeta, de um salvador de almas, de um messias” (Freud, 1923/1991, s.p.). Trata-se da regra de abstinência no sentido amplo do termo. Essa determinação aplica-se a todos os tratamentos e, portanto, também às análises ditas de formação, em que é mais difícil respeitá-la.

A formulação mais precisa da regra analítica, que dispensa a necessidade de enunciar outras, foi expressa por Freud no *Compêndio de psicanálise* (Freud, 1940[1938]/2010c): sinceridade total *versus* estrita discricção. Para poder ser efetiva, é preciso que o analista tenha feito uma análise pessoal. Essa regra prescreve a livre associação e a atenção flutuante, bem como a ética psicanalítica, isto é, o imperativo de realizar um trabalho psíquico regrediente-progrediente, visando à regeneração de um primado de desejo disponível ao mundo.

A formação propriamente dita

A identificação ao funcionamento analítico de um outro

A sedução oriunda do efeito traumático ligado à diferença entre os dois protagonistas pode dar lugar a uma identificação que tem sua fonte na avidéz carnibal por apropriar-se do saber de um, do qual o outro se sente desprovido. Combinam-se a transferência de autoridade, a sedução, a avidéz e a exigência de renunciar à satisfação das moções pulsionais em proveito das aquisições. A realização do psiquismo e as aquisições por identificação conjugam-se em toda formação, como se conjugaram na idade da razão². Este período foi ocupado pela resolução da dinâmica edipiana e por uma inibição quanto ao objetivo, por uma renúncia às satisfações imediatas, em proveito de uma aculturação

2. N.R.: “l’âge de raison” [a idade da razão] se refere ao período de calma emocional aparente entre dois períodos de crise, i.e., entre o fim da primeira infância e antes da adolescência, quando a criança resolve seu complexo edipiano e, apaziguada em seu plano emocional, pode se voltar para o mundo exterior e desenvolver seu pensamento racional – algo equivalente ao período de latência.

própria ao período de latência. Essa identificação a um ou a alguns psicanalistas formadores diz respeito à aquisição de um *savoir-faire* (as supervisões) e a uma aculturação, que se abre em duas direções: para uma cultura específica, a psicanálise, e para a cultura geral.

Mas, se o analista formador pode favorecer uma identificação desse tipo, ele não pode criá-la. Nenhum programa de formação pode criar as transferências de autoridade ou de identificação favoráveis às aquisições. E quanto mais prescritivo for o programa, mais arrisca produzir o efeito inverso. No entanto, um programa que ofereça mais distância tampouco pode garantir a atualização dessa transferência e o surgimento dessa identificação. Isso depende, antes, do analista em formação. Frequentemente, a transferência de autoridade se desenvolve sem que a pessoa que serve de suporte o saiba, qualquer que seja o protocolo do programa de formação.

O único trabalho possível consiste em disponibilizar no decorrer do tratamento, as reminiscências históricas relativas à aprendizagem infantil, na qual estão envolvidas as transferências de autoridade. Esse processo se repete no curso da análise e ao longo da vida. Trata-se de liberar o conflito entre o ódio contra a cultura e a utilização desse ódio em benefício da aculturação.

Outra qualidade está implicada no trabalho do analista, uma sensibilidade individual ao inconsciente, que varia muito de um indivíduo a outro, assim como de um momento a outro, e que pode ser considerada como um dom, ou pelo menos como um talento para ouvir as lógicas do inconsciente envolvidas nos eventos da vida e no discurso associativo dos pacientes. Para tornar-se psicanalista, essa sensibilidade envolve também a capacidade de produzir formações do inconsciente, tais como sonhos, pensamentos incidentais, figuras imagéticas, teorias infantis, experiências emocionais e de expressá-los através de conteúdos que lhes correspondam. A sensibilidade ao inconsciente só pode ser envolvida na arte de interpretação se for conjugada à capacidade de ligar ao código linguageiro os movimentos inconscientes, que são heterogêneos a toda linguagem, e de exprimir esses pensamentos irracionais por meio da interpretação.

Tal sensibilidade ao inconsciente do outro e ao próprio não pode ser aprendida nem ensinada. Ela pode se desenvolver e melhorar com a análise pessoal e pelo contato regular e repetitivo com a clínica. O exercício da psicanálise exige, então, uma prática clínica e um desenvolvimento concomitante dessa reflexividade, ou seja, uma escuta de seu próprio inconsciente na presença de um outro investido; exige, assim, o reconhecimento da contratransferência.

As capacidades de interpretar nascem da propensão interpretativa do pensamento que a análise pessoal pôde tornar mais disponível, da necessidade de produzir teorias causais infantis a fim de responder às experiências traumáticas despertadas pelo contato com toda alteridade. Essa capacidade também depende da cultura psicanalítica adquirida durante os estudos anteriores e durante a formação psicanalítica, da frequência do irracional e da capacidade de permanecer em contato com a incoerência.

A transferência de autoridade é indispensável para que ocorra a identificação com o funcionamento psíquico de um outro, no caso, de um psicanalista. Trata-se da aquisição de uma identidade de analista por uma identificação à capacidade analítica de outros psicanalistas. A escolha dos objetos de identificação é, evidentemente, sobredeterminada para cada um.

A identificação mais essencial no curso do tratamento, aquela fundadora dos processos psíquicos e de sua utilização como analista, prolonga-se por identificações às capacidades dos veteranos e dos mestres, por meio das supervisões, dos seminários, dos grupos de trabalho, dos colóquios e congressos etc. Essa atividade de verticalização é acompanhada também de uma identificação horizontal, fraterna, com os outros analistas. Conjugadas, permitem um trabalho de grupo e trocas interanalíticas frutíferas.

Não há escuta psicanalítica sem que haja, para além de um pensamento teorizante, uma bagagem metapsicológica que permita ter em conta os mecanismos envolvidos no trabalho do sonho, no trabalho de sessão e, globalmente, no funcionamento psíquico. A escuta psicanalítica é cheia de um saber em latência.

Acrescentemos a isso a necessidade do psiquismo de dispor de material cultural. Cada um encontrará esse material no mundo à sua volta, de acordo com suas próprias preferências, seus centros de interesse, sua curiosidade, sua capacidade de se surpreender. Essa abertura às outras disciplinas tem por função alimentar o armazém de acessórios do pré-consciente e de facilitar o trabalho que o psiquismo deve realizar. Essa necessidade psíquica permite a cada analista cultivar-se ao longo de toda sua vida. A transposição de disciplinas tem também uma função psíquica. Todas as realidades do mundo e as criações humanas podem ser eleitas como objetos de transposição de elementos inconscientes que nelas se reconhecem, e que delas se servem para fabricar metáforas substitutivas, enquanto permanecem inconscientes. Essa etapa de transposição e de metaforização funda o animismo de nosso pensamento. Freud assim utilizou a química, a cirurgia, a antropologia, a filosofia, a linguística, a mitologia e as artes, mas também a biologia, a sociologia, a história, a religião, a astrologia,

as ciências ocultas etc. Atualmente, a neurofisiologia, a física quântica, a biologia são os objetos de predileção das transposições grupais. Tais desvios a realidades tangíveis constituem o método pelo qual a metapsicologia é elaborada, fazem parte da epistemologia do pensamento psicanalítico.

Os modelos de formação: princípios e protocolos

Existem atualmente três modelos de formação utilizados pelos institutos para cumprir sua missão de formar psicanalistas: o Eitingon, o Francês, e o Uruguaio. Convém distinguir brevemente os princípios que os animam e seus protocolos concretos. Estes protocolos geralmente foram instalados sob a influência de circunstâncias conjunturais, e não a partir de reflexões teóricas, que vieram apenas em um segundo momento.

O modelo de Eitingon é o primeiro modelo de formação, criado por Eitingon, entre 1920 e 1925, na clínica psicanalítica de Berlim, inaugurada em 1920. Também em Berlim foi criado o primeiro instituto de formação de psicanalistas por Eitingon, antes de emigrar para a Palestina e fundar a Sociedade Psicanalítica da Palestina (1933), que se tornou, depois de 1948, Sociedade de Psicanálise de Israel.

A contextualização da criação do modelo de Eitingon exigiria que se mergulhasse na história da Alemanha e de suas relações com a Áustria e, evidentemente, na história da psicanálise, dentro da história do século XX. Disso temos um breve resumo em *A questão da análise leiga* (Freud, 1926/1994). Freud, em sua defesa da análise leiga, refere-se claramente à necessidade de cuidar para que não se legisle em excesso, compreendendo que esse excesso acarretaria uma perda de autoridade das leis estabelecidas; daí também o risco de criar condições favoráveis a transgressões. Esse pensamento sobre as leis forma uma dialética entre os benefícios daquilo que podemos chamar de quadro definido pelo legislador, e uma prática que se desenvolve espontaneamente em nível grupal; um equilíbrio difícil entre as vantagens e os inconvenientes de cada posição. O dilema sustentado por Freud nesse texto, sob a forma de uma dialética com um gentil personagem imaginário, encontra-se atualmente em todas as nossas discussões sobre os princípios dos modelos de formação (Kernberg, 1996, 2002, 2016).

Um dos modelos prioriza uma organização institucional que prescreve a análise e impõe um programa e exigências, dentro dos quais os analistas em formação devem desenvolver seu talento e encontrar sua liberdade.

O outro modelo dá prioridade ao desejo de ser analista, aos impulsos individuais quanto à vontade de tornar-se analista, e esses desejos devem fazer uso da instituição para se realizarem. O analista em formação faz, então, seu programa com o que a instituição coloca à sua disposição, mas também com o que ele encontra fora dela.

Encontramos aqui o conflito entre as lógicas históricas e as obsessivas, entre a precessão de um desejo sobre a organização do eu, e a valorização das instituições do eu que devem gerir o desejo; conflito entre uma pulsionalidade que teria curso livre e não levaria a nada, e uma processualidade que controlaria as pulsões e impediria o advento de toda novidade. É claro que este esquematismo serve apenas à nossa reflexão e desenha duas idealizações. No primeiro caso, considera-se uma instituição ideal apta a garantir uma evolução baseada em um conservadorismo; no segundo, um desejo individual ideal apto a superar as limitações institucionais e a garantir uma generatividade singular. O Super-eu individual e coletivo deverão potencializar-se um ao outro.

É assim que o modelo Eitingon colocou em primeiro plano, na gestão institucional, a demanda por tornar-se psicanalista. A resposta concerne tanto ao fato de se fazer uma análise como ao ensino. A análise individual é então qualificada como análise de formação, e a progressão do ensino pode envolver o analista em maior ou menor grau. Essa ingerência recebeu o nome de *Reporting* e foi objeto de muitos conflitos, na medida em que as condições já não eram mais aquelas dos pioneiros, e que o princípio da discricção, tal como inscrito na regra fundamental, foi teorizado. Lembremos que Eitingon fez apenas algumas semanas de análise com Freud em 1907, durante caminhadas vespertinas.

A ligação de um instituto a uma clínica permitiu que talentosos candidatos, que não possuíam os meios financeiros, acessem à profissão de analista, e que pacientes lhes fossem encaminhados pela clínica-instituto. Elementos de clientelismo e leis do mercado infiltraram-se, então, na formação.

O modelo francês nasceu em um contexto totalmente diferente (Chervet, 2019). Certamente, os parâmetros precedentes estavam então em latência, mas é o período pós-segunda guerra mundial que está na origem de seu protocolo. A vontade de colocar o desejo em primeiro plano foi apoiada pelas circunstâncias do *baby-boom*.

O princípio de separação das funções, ou seja, de uma análise pessoal que precedesse a formação, só surgiu nos anos 1960 e esteve na origem deste novo modelo, promovendo uma rigorosa separação entre a análise e os cursos de formação.

A anterioridade da análise individual reconhece implicitamente a existência de psicopatologias privadas que devem ser modificadas antes de qualquer seleção para se começar uma formação. “Somos todos antigos doentes” é uma formulação de humildade, mas também reconhecimento de uma experiência íntima, a da psicopatologia, e de sua evolução favorável graças à análise. No melhor dos casos, somos gratos a nossas análises por terem nos permitido que nos aproximássemos do funcionamento psíquico ideal de referência, abordado anteriormente. Uma parte do tratamento ocorre, então, antes de qualquer compromisso com a formação. O desejo de tornar-se psicanalista pode já existir desde o início, mas pode também ser modificado, e aparecer no curso da análise.

O princípio consiste, então, em criar uma vedação entre o tratamento individual e a formação, e respeitar a estrita discricção exigida pela regra fundamental. O analista não intervém de nenhuma maneira no curso da formação. Esta começa muitos anos depois do início da análise e depende de uma seleção realizada por uma comissão da qual o analista pessoal jamais faz parte.

Sublinhemos o caso contemporâneo de uma análise que continua quando o paciente se torna um analista em formação, ou mesmo membro, e que sua transferência sobre a instituição à qual pertence alimenta suas associações na sessão. É o que recomenda o modelo uruguaio. As configurações psíquicas solicitadas e transpostas para os grupos, as mentalidades de grupo e as psicologias de massa, tornam-se então material de análise. Isto pode ajudar o analista em formação ou o membro a melhor gerir sua participação nas dinâmicas grupais, mas não impede que as tendências a investir num funcionamento regressivo, no contato da entidade de grupo, continuem existindo. Apenas a oscilação individualidade-grupo permite que não nos alienemos de bem gerir essa participação.

O protocolo do modelo francês nasce em um contexto conjuntural preciso, o do *baby-boom*. A prática da psicanálise foi oficialmente introduzida na França em 1920 por Eugénie Sokolnicka, quando o pensamento de Freud já era conhecido em diversas disciplinas. Antes da segunda guerra mundial, o modelo de formação utilizado pela Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) era o de Eitingon. Depois da segunda guerra mundial, a SPP, totalmente dissolvida entre 1938 e 1945, se reorganiza. As regras concernentes à prática da psicanálise permanecem as mesmas que as adotadas antes da guerra. Mas entra em jogo um novo parâmetro concreto: uma forte demanda de análise e de formação. O *baby-boom* do pós-guerra, conjugado ao número restrito de analistas didatas, levanta de maneira pragmática a questão do ensino da psicanálise e da formação de novos analistas, assim como a questão da organização de um instituto de for-

mação, incluindo-se as escolhas que isto implicava, entre certo número de alternativas: independência ou aproximação da universidade, modalidades práticas do curso de formação referida à formação médica, à perspectiva terapêutica ou à cultura etc. Essa grande procura esteve na origem da prática da psicanálise em quatro sessões, ao invés de cinco, e das análises didáticas em três sessões por semana, de quarenta e cinco minutos cada uma, ao invés de uma hora. Tais critérios são então estendidos às supervisões individuais. Pelas mesmas razões, cria-se a fórmula das supervisões coletivas. O objetivo premente: formar um número máximo de analistas em um lapso temporal mais curto; responder à demanda do mercado e reconstruir a SPP e a presença da psicanálise na França. Foi nesse contexto que Lacan promoveu sessões curtas, diferentemente de sua introdução da técnica da escansão.

Tais ajustes são negociados com a IPA, que os aceita, provavelmente de maneira temporária. Assim, surge o protocolo do modelo francês por motivos pragmáticos, e não por razões teóricas. Como pano de fundo dessas modificações, há a devastação da guerra, o desaparecimento da SPP, a esperança de reaver o tempo perdido, e, claro, a morte de Freud, cujo luto foi mascarado pelos tormentos da guerra.

Em 1953, sob a égide de Marie Bonaparte, tem início o projeto de organizar o Instituto de Psicanálise de Paris. Importantes conflitos entre Daniel Lagache e Sacha Nacht levaram à cisão da SPP de 1953. Essa cisão não é consequência das três sessões por semana, das sessões curtas, nem da técnica da escansão, tal como praticada por Lacan. Daniel Lagache era professor universitário e propôs um programa próximo dos modelos universitários, enquanto Sacha Nacht queria, ao contrário, um instituto independente, que promovesse outro modelo, considerado medicalizado demais por seus oponentes, mas apoiado por Marie Bonaparte, porque mais especificamente psicanalítico.

As razões oficiais das demissões e da cisão são, portanto, critérios de formação, em uma guerra entre diversos modelos (universitário, médico ou centrado nas supervisões). Não se trata de um conflito entre o modelo Eitingon e o modelo francês. A disputa entre modelos, deixada em segundo plano, retornará com a questão da durabilidade variável das sessões, defendida por Lacan, e com a questão da escansão, mas não por conta do número de sessões.

Em 1964, a Sociedade Psicanalítica da França, oriunda da cisão de 1953, sofre uma nova cisão devido à escansão. A Associação Psicanalítica da França (APF) é, então, fundada e adota os critérios de formação e prática da IPA. Mas, em 1971, a APF abole a análise didática ou análise de formação; e, em 1994, a

SPP abole, para os que buscavam tornar-se psicanalistas, o dever de fazer análise com um analista didata-formador. É o *tout-divan*. Toda procura por formação da parte de uma pessoa que tenha passado por uma análise pessoal com um membro da IPA é então examinada. É o funcionamento psíquico do candidato que passa a ser o centro da avaliação e da seleção, assim como sua capacidade de utilizar sua experiência analítica pessoal para praticar a análise.

Essa evolução se realiza em nome do princípio maior do modelo francês, o fato de que existe apenas uma análise, a análise pessoal, e que uma estrita vedação entre a análise pessoal e a formação deve ser respeitada. Esse princípio vai se estender ao conjunto da formação com uma recomendação de limitar as interferências entre o analista pessoal e seu paciente-candidato no seio da formação.

Paralelamente, a reflexão sobre a formação continuou dentro e fora das sociedades oficiais, e deu origem a várias propostas, como a “quarta análise”, ligada à supervisão promovida dentro de uma nova organização, o quarto grupo; e como o “passe” promovido por Lacan na Causa Freudiana.

Em 2004, quando Daniel Widlöcher presidia a IPA, o modelo dos tratamentos psicanalíticos utilizado pelos institutos de formação da SPP e da APF foi reconhecido oficialmente pela IPA como uma forma válida de conduzir as análises e a formação.

Seu protocolo esquemático é o seguinte: um mínimo de três sessões por semana; dispositivo divã-poltrona; duração fixa das sessões de, no mínimo, 45 minutos; pagamento assegurado pelo analisando; tudo em um espaço protegido das variações das incitações oriundas da percepção sensorial, em proveito da enunciação linguageira de tudo que se apresenta à consciência do analisando, tanto os conteúdos verbais incidentais, como as imagens oníricas, os afetos e as sensações corporais. Sublinhemos que esse protocolo não está inscrito nos textos de procedimentos da IPA, o que confirma que o protocolo é evolutivo e que o que mais o especifica é seu princípio de separação das funções. Esse princípio articula duas asserções: a análise é um assunto pessoal, daí a liberdade de escolha do analista; a separação das funções e a liberdade são os critérios que fundam o princípio do modelo francês.

A liberdade diz respeito à escolha do analista, dos supervisores, dos seminários, dos grupos de trabalho, dos colóquios; mas também à liberdade do analista de aceitar a demanda de análise de um paciente e de recebê-lo em três ou quatro sessões por semana; finalmente, refere-se também à liberdade da instituição de aceitar ou recusar um candidato, o que remete aos critérios de seleção baseados nessa identificação com o modo de pensamento regressivo sensí-

vel ao inconsciente; e à liberdade dos institutos de organizar seu programa de formação, seminários, grupos de trabalho, supervisões individuais e coletivas.

Essa liberdade também diz respeito à definição do momento em que um candidato pode pedir para ser admitido em um instituto, a fim de iniciar sua formação. Claro que essa liberdade não se confunde com ausência de rigor e incentivo, pelo contrário, mas o incentivo apela ao sentimento de responsabilidade do candidato e ao seu desejo de aprender, à sua curiosidade, ao processo identificatório implicado em suas escolhas, à sua transferência de autoridade e à sua capacidade de utilizá-los para aprender sua profissão, e não para manter idealizações.

O princípio de separação de funções tem consequências. É necessária uma *ética da discricção* por parte do analista do candidato, o que se estende também à formação – particularmente às supervisões que, por meio da contratransferência, envolvem a análise pessoal do candidato. Essa limitação de interferências também tem como razão de ser a prevenção contra a mentalidade de grupo.

São necessários vários anos de análise pessoal (ao menos três) antes de se iniciar a formação. Há alguns anos, na França, sem que isso estivesse escrito nos textos sobre a seleção dos candidatos, aconselhava-se apenas apresentar-se à formação depois de ter concluído a análise pessoal e de possuir uma prática privada. Hoje, frequentemente a análise pessoal continua durante a formação, o que permite que as associações sobre a formação se tornem material de sessão. O que não é simples, mas preferível a um isolamento. Deste ponto de vista, os três modelos mantêm pontos de contato mais numerosos do que o que frequentemente se diz; tanto que a separação de funções é cada vez mais respeitada pelos institutos que adotaram o modelo Eitingon, desde a supressão do *reporting*. No modelo Eitingon, contudo, o acesso à análise pessoal, a formação em grande medida programada e as supervisões continuam mais entrelaçadas do que no modelo francês.

Permanecer analista ou como utilizar as tendências pulsionais extintivas

Como permanecer analista ao longo dos anos? O termo “formação permanente” não é apropriado, pois evoca apenas a atualização de conhecimentos que devem evoluir, e dissimula a existência de tendências intrapsíquicas já ativas no processo de formação, que se opõem à manutenção de aquisições tanto a nível do funcionamento psíquico ideal, como dos conhecimentos adquiridos.

O fato de que o psiquismo ideal seja finito e descontínuo, pois organizado segundo o processo em dois tempos do *après-coup*; o fato de que a lista de disciplinas utilizadas para alimentar nosso pré-consciente e nosso trabalho psíquico de substituição seja infinita; o fato de que não deixemos de nos reunir e de que nossas vidas profissionais sejam caracterizadas por uma oscilação entre uma atividade solitária e outras em grupo, e que essas atividades estejam elas mesmas envolvidas nas oscilações da noite e do dia, do trabalho e do erótico; todos esses fatos devem ser levados em conta do ponto de vista do que os compele a existir de acordo com essas modalidades. As listas enumeradas acima acerca das outras disciplinas não são exaustivas. Cada um poderá completá-las. Seu tamanho realça a necessidade do psiquismo de encontrar no exterior novos materiais para lidar com as diferenças que ocorrem em nós. A qualidade traumática de tais diferenças obriga-nos a buscar e a encontrar todo tipo de diferenças externas presentes no mundo que nos rodeia, e de utilizá-las a fim de responder àquelas internas. Nossa progressão está relacionada ao estímulo de tendências extintivas traumáticas e às respostas de nosso psiquismo.

A particularidade da organização do trabalho psíquico em dois tempos explica-se pela restrição que emana de tais diferenças internas – daí a descontinuidade de nossos investimentos. Essa descontinuidade é o resultado das tendências pulsionais extintivas, às quais se opõe um imperativo de inscrição e de investimento. Este imperativo cumpre sua missão em dois tempos. A transmissão refere-se a esse imperativo e à tomada em conta da tendência regressiva extintiva.

Há em cada um de nós tendências pulsionais a apagar nossas capacidades psíquicas e nosso conhecimento, seja por meio de uma redução direta, seja por uma idealização que tende a um infinito para além de todo conteúdo. Nos dois casos, a capacidade de adquirir e conservar a identidade de analista é ameaçada. O termo “identidade” busca, ainda, ele mesmo, dissimular tais vacilações e incertezas. Essas forças misteriosas ativas no apagamento e na não inscrição explicam o número de atividades das quais participamos e o tempo que disponibilizamos a elas, atividades que se reúnem sob o termo “formação”. O contato permanente com essas tendências negativas, tanto no interior de nós, como por meio da clínica cotidiana, coloca exigências particulares de retenção ao nosso masoquismo erógeno.

A formação e o fato de se permanecer analista têm por base viva tal masoquismo de funcionamento. No entanto, as tendências redutoras manifestam-se pela cronicização e pela redução do campo de nossos pensamentos. Freud compreendeu a existência de tais tendências e suas consequências em termos

da dificuldade de permanecer psicanalista. Como resposta, preconizou o fato de se submeter regularmente a uma reanálise, por exemplo, a cada cinco anos. Felizmente, esse conselho jamais foi institucionalizado e permanece aberto aos riscos de nossos funcionamentos psíquicos e à liberdade de nossas avaliações.

A formação permite tornar-se psicanalista, mas não assegura de forma alguma permanecer sendo. Esta última frase abre-nos a uma de nossas oscilações mais importantes, entre nossa atividade solitária e a necessidade de articulá-la ao coletivo. As forças redutoras devem ser levadas em consideração na formação, certamente a fim de que delas se faça um objeto de conhecimento, mas, sobretudo, pela exigência psíquica de utilizá-las em proveito de nossa atividade mental e de nossa atividade como psicanalistas; para cultivarmos e prosseguirmos em nossa atividade de pensamento. Nossas reuniões grupais têm por missão reatualizar e redinamizar um trabalho que possa se opor às tendências extintivas individuais. Mas têm também por consequência organizar as fixações coletivas no nível da cultura; daí a importância dos efeitos de incisão, introduzidos pelo trabalho psíquico individual.

Transmite-se, assim, pela formação, uma ética psicanalítica, uma exigência de manter, graças a essas oscilações entre o singular e o coletivo, uma disponibilidade de acolhimento da diversidade clínica, de sua infinita alteridade.

Não há analista que possa se tornar e permanecer analista sozinho; mas não há analista que o seja somente por meio da instituição e pela atividade do grupo. As oscilações entre o Super-eu individual e o Super-eu cultural são indispensáveis ao próprio Super-eu. É o que explica que nossa atividade psíquica específica da sessão de análise, essa atividade psíquica regressiva da passividade, ganhe efetividade quando mantida em contato com nossas outras atividades regressivas, íntimas, próprias a outras cenas fora das sessões, em particular aquelas do sonho e da erogeneidade. Juntas, elas fundam a possibilidade de tornar-se e voltar a tornar-se analista de modo intermitente.

Um psicanalista é um ser humano que se confronta com as experiências da vida, a experiência do crescimento, da formação, da realização, das renúncias e dos lutos, da vida em grupo, da vida íntima; daí sua experiência masoquista da gravidade da vida, que se encarna em sua maturidade. Esse último ponto ancora profundamente a formação psicanalítica na vida global de cada analista, na sua vida pessoal, que inclui a vida privada, familiar, as amizades e a vida íntima, em particular, a intimidade erógena dos corpos.

***Psychoanalytic training with end and without end.
Transmission, formation and lack.***

SUMMARY The transmission of psychoanalysis combines an accomplishment of the psyche referred to an ideal of mental functioning and an acculturation which includes the psychoanalytic training itself and an opening to the whole of culture. Any training is a place of transfer of authority but also of negative tendencies which have consequences on our capacity to become and remain analysts, but also on institutional functioning. The splits in psychoanalytic societies are frequently associated with the training of psychoanalysts, whatever the training model. A psychoanalytical ethic based on a masochism of abstinence is thus transmitted, which opposes the tendencies to reduction and extinction. There is no analyst who can become one and remain one. But there is no analyst who can only be one through the institution. The oscillations between the individual superego and the cultural superego, between the regressions of the sessions and those of other scenes of life outside the session, found the possibility of becoming and remaining an analyst.

KEYWORDS: personal analysis; identification; extinctive regressivity; inscription imperative; après-coup.

***Formación psicoanalítica con fin y sin fin.
Transmisión, formación y falta.***

RESUMEN La transmisión del psicoanálisis combina un trabajo del psiquismo referido a un ideal de funcionamiento y una aculturación que incluye la propia formación psicoanalítica y la apertura a la cultura. Toda formación es un lugar de transferencia de autoridad, pero también de tendencias negativas que traen consecuencias sobre nuestra capacidad de convertirnos y seguir siendo analista, así como sobre el funcionamiento institucional. Las escisiones en las sociedades psicoanalíticas se asocian con frecuencia a la formación de psicoanalistas, independientemente del modelo de formación. Se transmite, así, una ética psicoanalítica basada en un masoquismo de abstinencia, que se opone a tendencias reduccionistas e extintoras. No hay analista que pueda volverse y permanecer analista solo; aunque no hay analista que sea analista apenas a través de la institución. Las oscilaciones entre el superyó individual y el superyó cultural, entre las regresiones de sesión y las propias de otras escenas de la vida fuera de la sesión definen la posibilidad de devenir y permanecer analista.

PALABRAS CLAVE: análisis personal; identificación; regresión extintiva; imperativo de inscripción; après-coup.

Referências

- Chervet, B. (2019). Le « modèle français » et les cures psychanalytiques à trois séances par semaine et l'après-coup. *Revue Française de Psychanalyse*, 83(1): 223-234.
- Freud, S. (1991). Le moi et le ça [O eu e o id]. In S. Freud, *Œuvres complètes de Freud / Psychanalyse* (vol. XVI, pp. 255-301). Paris: PUF. (Original publicado em 1923.)
- Freud, S. (1994). La question de l'analyse profane: entretien avec un homme impartial [A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial]. In S. Freud, *Œuvres complètes de Freud / Psychanalyse* (vol. XVIII, pp. 1-92). Paris: PUF. (Original publicado em 1926.)
- Freud, S. (2010a). L'analyse finie et l'analyse infinie [Análise terminável e interminável]. In S. Freud, *Œuvres complètes de Freud / Psychanalyse* (vol. XX, pp. 13-55). Paris: PUF. (Original publicado em 1937.)
- Freud, S. (2010b). Constructions dans l'analyse [Construções em análise]. In S. Freud, *Œuvres complètes de Freud / Psychanalyse* (vol. XX, pp. 57-73). Paris: PUF. (Original publicado em 1937.)
- Freud, S. (2010c). Abrégé de psychanalyse [Compêndio de psicanálise]. In S. Freud, *Œuvres complètes de Freud / Psychanalyse* (vol. XX, pp. 225-305). Paris: PUF. (Original escrito em 1938 e publicado em 1940.)
- Kernberg, O. (1996). Thirty methods to destroy the creativity of psychoanalytic candidates. *The International Journal of Psychoanalysis*, 77(5): 1031-1040.
- Kernberg, O. (2002). La formation psychanalytique : quelques préoccupations. *Revue Française de Psychanalyse*, 66(1): 227-251.
- Kernberg, O. & Michels, R. (2016). Thought on the present and future of psychoanalytic education. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 64(3): 477-493.

Recebido: 18/08/2022

Aceito: 15/11/2022

Bernard Chervet
bernard@chervet.fr

Tradução: **Maria Izabel Varella**